

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 14 de março de 2024 às 07h55
Seleção de Notícias

O Globo | BR

Direitos Autorais

UE aprova legislação abrangente sobre inteligência artificial 3
ECONOMIA E NEGÓCIOS

Exame.com | BR

13 de março de 2024 | Pirataria

A luta da Novo Nordisk contra falsificações de Ozempic 5
ÚLTIMAS NOTÍCIAS | CAROLINA UNZELTE

Folha.com | BR

13 de março de 2024 | Direitos Autorais

OpenAI chega a acordo com Le Monde e dono do El País 7
ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Diário Indústria & Comércio online | PR

13 de março de 2024 | Propriedade Intelectual

STF determina que Monsanto/Bayer restitua mais de R\$ 10 bilhões aos produtores de MT 9
EDITORIAL

Migalhas | BR

13 de março de 2024 | Propriedade Intelectual

MIGALHAS n° 5.807 11

O Documento Online | MT

13 de março de 2024 | Inovação

STF determina que Bayer pague R\$ 1,3 bilhão à Aprosoja por cobrar patente vencida 18
DA REDAÇÃO

UE aprova legislação abrangente sobre inteligência artificial

ECONOMIA E NEGÓCIOS



UE aprova legislação abrangente sobre inteligência artificial

Lei visa 'proteger direitos fundamentais e a democracia', ao estabelecer níveis de risco para ferramentas de IA

ESTRASBURGO

Parlamento da União Europeia (UE) aprovou ontem as mais abrangentes regras sobre inteligência artificial (IA) do mundo, com 523 votos a favor e 46 contrários. Pioneira, a legislação europeia deve dar o tom para leis a serem adotadas em outros países. As empresas que trabalham com IA, no entanto, avaliam que a lei é abrangente demais. Já os órgãos de controle consideram que não é o suficiente. Os legisladores da UE correram para aprovar a lei depois que o ChatGPT, da OpenAI, chegou ao público, em novembro de 2022.

O eurodeputado italiano Brando Benifei, co-relator do projeto de lei, comemorou a aprovação em uma entrevista coletiva:

- Hoje é um dia histórico em nosso longo caminho para a regulamentação da IA.

abpi.empauta.com

A Lei de Inteligência Artificial, segundo o próprio Parlamento, "visa proteger os direitos fundamentais, a democracia, o Estado de direito e a sustentabilidade ambiental contra a IA de alto risco, promovendo simultaneamente a inovação e tornando a Europa líder neste domínio. O regulamento estabelece obrigações para a IA com base nos seus potenciais riscos e nível de impacto."

Antes da votação, Branifei tinha dito que a lei "era a primeira no mundo a estabelecer um caminho claro e centrado na Humanidade para o desenvolvimento da IA."

MULTA DE ATÉ ?35 MILHÕES

As regras dão prioridade à privacidade dos cidadãos, ao proibir a coleta de imagens de rostos para criação de bancos de dados faciais. A IA também não pode ser usada para monitorar emoções das pessoas em escolas e locais de trabalho, além de limitar como ela pode ser utilizada em situações sensíveis como análise de currículos para uma vaga de emprego.

As empresas também terão de ser claras sobre o uso de conteúdo para treinar as ferramentas de IA, respeitando as normas de **direito** autoral da UE.

A legislação adota uma abordagem baseada em riscos: quanto maior for o risco do sistema, mais rígidas serão as regras. Uma ferramenta de IA poderá até mesmo ter seu uso proibido na UE (*veja* mais ao lado).

As empresas que não cumprirem as regras poderão ser alvo de multas que variam de ? 7,5 milhões a ? 35 milhões.

Outro co-relator, o romeno Dragos Tudorache, avalia que o texto permite encontrar o equilíbrio "entre o

interesse em inovar e o interesse em proteger." Ele ressalta que a Lei de Inteligência Artificial "é apenas o começo", já que a IA continua a evoluir rapidamente:

- Devemos estar muito atentos à evolução dessa tecnologia no futuro, de forma a responder aos novos desafios que podem surgir.

Em comunicado, o comissário do Mercado Interno da UE, Thierry Breton, afirmou que "a Europa está estabelecendo um padrão global para uma IA confiável."

A Lei de IA entrará em vigor após a assinatura dos Estados membros e 20 dias depois de publicada no Diário Oficial da UE. Estima-se que esteja implementada em dois anos.

Empresas americanas e europeias, no entanto, mostraram preocupação de que a lei acabe por limitar a competitividade da UE.

"Com um setor de tecnologia digital limitado e investimentos relativamente baixos em comparação com gigantes do setor como os Estados Unidos e a China, as ambições da UE de soberania tecnológica e liderança em IA enfrentam obstáculos consideráveis", escreveu Raluca Csernaton, pesquisadora do think tank Carnegie Europe.

Continuação: UE aprova legislação abrangente sobre inteligência artificial

-

Alguns pontos da legislação

> É proibido: Usar sistemas de categorização biométrica baseados em características sensíveis e captar rostos da **internet** ou de circuito fechado de TV para criar bases de dados de reconhecimento facial.

A lei também proíbe o monitoramento de emoções no local de trabalho e nas escolas, a classificação social, o policiamento preditivo e a IA que manipula o comportamento humano ou explora as vulnerabilidades das pessoas.

> Transparência: Os sistemas de IA de uso geral devem respeitar as normas da UE sobre **direitos** autorais e publicar informação detalhada dos conteúdos usados para treinamento dessas ferramentas.

> Alto risco: Serão considerados sistemas de IA de alto risco infraestruturas críticas, educação, emprego, serviços públicos e privados essenciais (como de saúde e bancários), migração e gestão de fronteiras, justiça e processos democráticos (eleições). Esses sistemas necessitarão de supervisão humana, e os registros de sua utilização deverão ser transparentes.

A luta da Novo Nordisk contra falsificações de Ozempic

ÚLTIMAS NOTÍCIAS



O remédio para tratamento de diabetes, usados por muitos para perda de peso, foi encontrado de forma falsificada em até 16 países até o momento

Lars Fruergaard Jorgensen, CEO da Novo Nordisk, anunciou na última sexta-feira, 8, que a empresa está trabalhando com autoridades de vários países para combater versões falsificadas de seu popular medicamento Ozempic.

A empresa, que se tornou a mais valiosa da Europa no ano passado, vem testando produtos suspeitos e colaborando com autoridades para investigar **falsificações**. O Ozempic falsificado foi encontrado em até 16 países até o momento, de acordo com a Partnership for Safe Medicines, um grupo anti-**falsificação** /E>.

A demanda crescente pelos medicamentos da Novo que promovem a perda de peso, impulsionada pelo endosso de estrelas de Hollywood e uma febre das redes sociais, supera em muito o fornecimento, dando origem a preocupações cada vez maiores sobre medicamentos não regulamentados e falsificados.

Embora o Ozempic seja aprovado para diabetes, ele tem o mesmo ingrediente ativo do poderoso medicamento para perda de peso da Novo, o Wegovy, e

tem sido usado fora da bula para perda de peso.

Segundo informações obtidas pela agência de notícias Reuters, pacientes foram prejudicados após tomar Ozempic falso na Bélgica, Iraque, Sérvia e Suíça no ano passado. Os relatórios, feitos pela Novo à Administração de Alimentos e Medicamentos dos EUA, mostraram que as pessoas sofreram quedas perigosas nos níveis de açúcar no sangue, a chamada hipoglicemia, após tomar versões suspeitas ou confirmadas falsas do medicamento.

Um outro relatório à autoridade norte-americana, obtido pela Reuters, relata o caso de uma mulher de 45 anos na Bélgica que sofreu uma convulsão e acabou em coma diabético após tomar um Ozempic falso suspeito para perder peso. Seu médico disse que ela injetou pelo menos 18 doses de insulina pura, quase cinco vezes a dose recomendada para uma pessoa com diabetes, mostrou o relatório.

A fabricante de medicamentos disse à Reuters que encontrou uma caneta de insulina Semglee nos EUA em junho passado, fabricada pelo fabricante indiano Biocon, que tinha um rótulo de Ozempic falsificado suspeito colado sobre ela.

Outros relatórios obtidos pela Reuters mostram que uma pessoa morreu no ano passado de coagulação sanguínea anormal após tomar um medicamento que foi anunciado como semaglutida composta. Três outras pessoas sofreram vômitos severos e náuseas, perda sensorial nas pernas e queda nos níveis de plaquetas sanguíneas. O médico cujo paciente morreu relatou que o evento possivelmente estava relacionado ao uso de semaglutida composta.

Tanto o crime organizado quanto os empreendedores solitários estão buscando capitalizar a loucura pela perda de peso, segundo informações da Bloomberg.

Continuação: A luta da Novo Nordisk contra falsificações de Ozempic

Suas preparações são, na melhor das hipóteses, inúteis, e, na pior delas, mortais, diz a agência de notícias.

"Esta é uma ameaça criminosa completamente nova para nós", disse à Bloomberg Andy Morling, líder da Agência Reguladora de Produtos de Saúde e Medicamentos do Reino Unido, que tem investigado casos de Ozempic pirata. Quando não há produtos legítimos suficientes para atender à demanda, disse Morling, "os criminosos são muito rápidos em encontrar uma maneira de entrar nisso."

A agência de medicamentos do Reino Unido apreendeu 869 canetas falsas de Ozempic até agora - mais do que seus equivalentes na Dinamarca, Irlanda, Suíça, Islândia e nos Países Baixos combinados.

As canetas encontradas na Grã-Bretanha incluem **falsificações** grosseiras, bem como aquelas distribuídas em massa por criminosos mais sofisticados. Algumas continham insulina em vez do ingrediente ativo tanto no Ozempic quanto no Wegovy. As **falsificações** incluem códigos de barras e embalagens que parecem semelhantes em cor, tamanho e forma às canetas legítimas.

Os medicamentos falsificados são um grande negócio para criminosos globalmente, com o crime farmacêutico aumentando 50% entre 2018 e 2022 e impactando a maioria dos países, segundo dados do Instituto de Segurança Farmacêutica. A Or-

ganização Mundial da Saúde estimou que um em cada dez produtos médicos em países de baixa e média renda é de qualidade inferior ou falsificado.

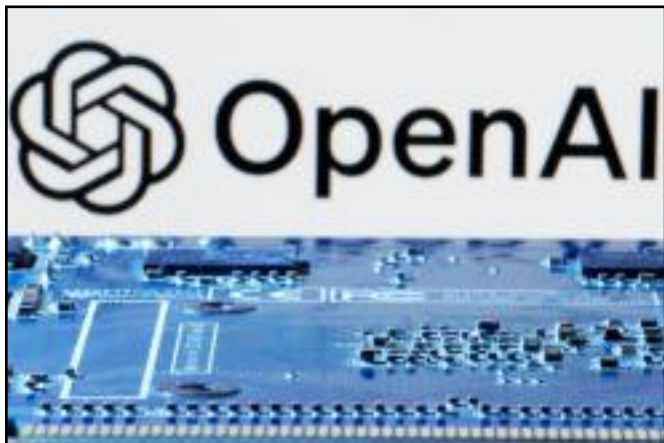
No Reino Unido, anúncios de venda de Ozempic começaram a aparecer no TikTok; fóruns do Facebook estavam aconselhando as pessoas sobre quais salões de beleza frequentar, e sites suspeitos estavam prometendo estoques do medicamento. Vários sites e páginas do Facebook ainda anunciam "injeções de emagrecimento" à venda no Reino Unido. Vários afirmam que suas injeções contêm semaglutida. Alguns dos preços anunciados também estão bem abaixo dos cerca de £ 195 (US\$ 249) cobrados por farmácias comuns por um tratamento de quatro semanas - e não há pedido de receita médica.

Enquanto Morling e sua equipe acreditam ter agido rapidamente e de forma decisiva contra produtos falsos que entraram na Grã-Bretanha, o mercado global de **falsificações** para perda de peso parece estar apenas começando.

Os reguladores da Irlanda e da Suíça adotaram uma abordagem mais semelhante à da agência de medicamentos do Reino Unido, monitorando ativamente as **falsificações**. A Irlanda deteve 286 unidades de produtos que afirmavam ser semaglutida entre 2022 e outubro de 2023.

OpenAI chega a acordo com Le Monde e dono do El País

ÚLTIMAS NOTÍCIAS



Startup dona do ChatGPT diz que colaboração vai contribuir para treinamento de modelos de IA

A OpenAI, dona do ChatGPT, anunciou nesta quarta-feira (13) um acordo de colaboração com o jornal francês Le Monde e o grupo espanhol Prisa Media, dono do El País.

"Nossa colaboração facilitará aos usuários do ChatGPT acesso aos conteúdos de alta qualidade do Le Monde e Prisa Media sobre acontecimentos recentes, e esses conteúdos também contribuirão para o treinamento de nossos modelos", afirmou a OpenAI. Os valores do acordo não foram divulgados.

A startup já mantém parceria com o grupo de mídia alemão Axel Springer, que publica o tabloide Bild, e a agência de notícias AP.

Logo da OpenAI

-

As equipes do Le Monde poderão "apoiar-se em tecnologias da OpenAI para desenvolver projetos ou funcionalidades utilizando a IA", detalharam Louis Dreyfus, presidente do conselho de diretores do Le Monde, e Jérôme Fenoglio, diretor do jornal. Tra-

ta-se do "primeiro dispositivo de proteção de nosso trabalho e de nossos direitos" frente à "revolução da IA", acrescentaram.

Os diretores do Le Monde justificam essa parceria pela necessidade de combater os riscos da ascensão da IA para a informação, começando pela difusão de notícias falsas. Eles também mencionam "a vantagem de consolidar" um "modelo econômico proporcionando uma fonte significativa de receitas adicionais".

"Este é um passo definitivo para o futuro das notícias, no qual a tecnologia e a experiência humana se fundem para enriquecer a experiência do leitor", afirmou Carlos Núñez, diretor e CEO da Prisa Media.

A rápida ascensão de aplicativos de IA generativa, que conseguem produzir textos, imagens e vídeos a partir de comandos simples, fez veículos de notícias lidarem também com questões relacionadas a violação de **direitos** autorais e compensação monetária quando seu conteúdo é usado para treinar os grandes modelos de linguagem.

O jornal New York Times processou a OpenAI e a Microsoft no ano passado, acusando as empresas de usar milhões de seus artigos sem permissão. A OpenAI afirma que o conteúdo do veículo americano não contribuiu significativamente para a existência de seus modelos, como o GPT, que está por trás do ChatGPT.

Organizações de notícias como Intercept, Raw Story e AlterNet também processaram a OpenAI em um tri-

Continuação: OpenAI chega a acordo com Le Monde e dono do El País

bunal de Nova York no mês passado, acusando a companhia de usar indevidamente seus artigos para treinar o sistema.

Com Reuters

STF determina que Monsanto/Bayer restitua mais de R\$ 10 bilhões aos produtores de MT

EDITORIAL



Foto: Marcello Casal Jr./Agência Brasil

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em julgamento nesta terça-feira (12), que a Bayer, que comprou a Monsanto em 2018, devolva mais de R\$ 10 bilhões aos produtores rurais de Mato Grosso, como ressarcimento dos royalties pagos desde 2018 referente à tecnologia Intacta RR2 PRO.

De acordo com a decisão da Suprema Corte, os produtores rurais associados à Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT), assim como de outros estados, estão acobertados pela decisão proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5529.

Desse modo, a multinacional deve ressarcir os royalties pagos desde 2018 pelos produtores para o uso da tecnologia, além de garantir o direito dos agricultores de pedir abstenção da cobrança de royalties da tecnologia a partir da expiração do prazo de vigência das patentes relacionadas na ação.

"A decisão de hoje é muito importante para todos os associados da Aprosoja-MT, fazendo justiça àquilo que era questionado lá atrás, quando a Monsanto es-tendia a cobrança das patentes além de vinte anos. Essa é uma grande vitória dos produtores e mostra o quanto a Aprosoja-MT tem trabalhado pelos nossos

produtores", comemorou o presidente da Aprosoja-MT, Lucas Costa Beber.

A disputa começou quando produtores entraram com demanda judicial questionando o art. 40, parágrafo único, da Lei de Propriedade Industrial, que prorrogava o prazo patentário por prazo superior a 20 anos. Em momento subsequente, o STF julgou uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI 5529) e julgou referido dispositivo legal inconstitucional, dando o direito de ressarcimento àqueles que questionavam judicialmente.

A Aprosoja-MT então fez um pedido ao TJMT requerendo a aplicação da decisão do STF e requerendo à Monsanto/Bayer o depósito dos valores de royalties cobrados a partir de 2018, tendo a desembargadora Clarice Claudino, atual presidente do TJ/MT concedido a ordem. Contra essa decisão a Monsanto apresentou uma reclamação constitucional perante o STF.

A Monsanto/Bayer sustentou que a decisão do TJMT teria contrariado o entendimento firmado pelo STF no julgamento da ADI 5529 ao determinar a devolução de royalties pagos pelos produtores rurais.

Todavia, no julgamento realizado nesta terça, o STF entendeu que a decisão do TJMT se encontra em linha com entendimento firmado pelo STF na ADI 5529. Ou seja, foi garantido aos produtores rurais a possibilidade de serem ressarcidos pelos royalties pagos após a expiração das patentes.

"Os valores de royalties envolvidos na demanda, segundo estimativas, ultrapassam a casa de 10 bilhões de reais e a Monsanto terá agora que arcar com pagamento a todos os produtores que foram cobrados e pagaram indevidamente pela tecnologia, objeto de patentes vencidas. Isso reforça a hígidez e o cum-

Continuação: STF determina que Monsanto/Bayer restitua mais de R\$ 10 bilhões aos produtores de MT

primento da decisão do STF tomada na ADI 5529", afirma o advogado Sidney Pereira de Souza Junior, advogado que representou a Aprosoja-MT.

POSICIONAMENTO BAYER

Desde 2022, a Bayer vem discutindo no STF um pedido de liminar que resultou na obrigação de garantir o juízo, assegurando, desta forma, eventual pagamento futuro, caso a ação inicialmente promovida pela Aprosoja-MT seja bem-sucedida. O efeito da decisão atual apenas ratifica a obrigação da Bayer de continuar a apresentar uma garantia processual na ação judicial. A decisão do Supremo Tribunal Federal, desta semana, não tem relação com o mérito da questão - eventual discussão, ainda em fases iniciais, sobre a data de expiração de algumas patentes que

protegem a tecnologia Intacta RR2 PRO® e os respectivos royalties.

A Bayer reitera seu profundo respeito às decisões judiciais, ao mesmo tempo que reforça a importância da segurança jurídica e o respeito aos direitos de **propriedade** intelectual como forma de assegurar investimentos em novas tecnologias. Ao longo das últimas décadas, a inovação tem contribuído significativamente para o ganho de produtividade do sojicultor brasileiro, permitindo inclusive que o setor conquiste espaço no mercado internacional.

Fonte: Aprosoja MT

MIGALHAS nº 5.807

"Uma criança não tem culpa de não saber."

Monteiro Lobato

Agora é que são elas, as esposas

5ª turma do STJ validou ingresso de policiais militares em domicílio de suspeito que, segundo os agentes, foi autorizado pela esposa do acusado. A defesa pediu a anulação das provas, mas o relator, ministro Reynaldo Soares da Fonseca, negou, alegando que não havia ilegalidade e que a palavra dos policiais tem presunção de veracidade. (Clique aqui)

Agora que são elas, as provas

Por desvio de finalidade, ministro Schietti concedeu HC e anulou provas obtidas por policiais que tinham mandado de prisão contra homem, mas não tinham autorização para ingresso na residência. (Clique aqui)

Agora são elas, as visitas

6ª turma do STJ começou a julgar MS coletivo contra as restrições de horário de visitas a presos no sistema penitenciário do DF. O relator, Jesuíno Rissato, votou a favor das restrições, enquanto o ministro Schietti discordou. O caso foi suspenso após pedido de vista do ministro Sebastião Reis Júnior. (Clique aqui)

Agora elas, as torzeleiras

Acusado de porte ilegal de arma de fogo e corrupção ativa teve sua liberdade provisória negada pela 6ª turma do STJ, após romper sua torzeleira eletrônica enquanto... jogava uma pelada com os amigos. (Clique aqui)

Agora, as crianças

A 5ª turma do STJ analisou caso delicado na sessão de ontem: configura-se estupro de vulnerável o re-

lacionamento entre um homem de 20 anos e uma menina de 12 anos, que resultou em uma gravidez? Por 3 votos a 2, no caso específico, a Corte entendeu que não, prevalecendo o voto do relator, ministro Reynaldo Soares da Fonseca, de que o bem-estar da criança gerada deveria ser prioridade. (Clique aqui)

Agora

No caso mencionado, o debate concentrou-se na discussão sobre a relativização ou não da Súmula 593 do STJ, que considera absoluta a vulnerabilidade de crianças menores de 14 anos. O preceito sumulado, que permanece válido, ocasionalmente é mitigado mediante a ponderação de outros princípios. Essa foi a abordagem adotada no voto condutor do ministro Reynaldo, que foi seguido por dois colegas. Por outro lado, entendendo a Súmula como inflexível, votou a ministra Daniela Teixeira, seguida pelo ministro Messod. (Clique aqui)

Revolução digital

A disrupção nas estruturas fundamentais da sociedade moderna, causada pela revolução digital, é o tema de um substancial artigo assinado pelo ministro Luís Roberto Barroso e pela advogada Luna van Brussel Barroso. Navegando pelos bits e bytes da transformação digital, eles mostram como ela causou um verdadeiro "reset" nas bases da sociedade moderna. Nesse algoritmo de pensamentos profundos, eles debugam o sistema social atual, revelando como a era digital não apenas atualizou o software da comunicação, mas também reprogramou o hardware fundamental da democracia, levando-a a uma nova versão mais complexa e, por que não dizer, ainda sem um adequado antivírus para ódios e mentiras. (Clique aqui)

ChatGPT numa hora dessas?

"No meio jurídico, quando alguém se refere ao 'Migalhas', está falando de um influente e respeitado por-

tal de notícias jurídicas no Brasil. O Migalhas é um site e boletim informativo diário que cobre uma ampla gama de tópicos relacionados ao Direito, incluindo notícias do Judiciário, artigos, opiniões, além de atualizações sobre legislação e jurisprudência. Ele serve como uma importante fonte de informação para advogados, juízes, promotores, estudantes e outros profissionais da área jurídica, oferecendo insights e análises sobre os desenvolvimentos mais recentes no campo do direito, tanto no Brasil quanto internacionalmente. O Migalhas é conhecido por seu conteúdo abrangente e atualizado, sendo uma referência para quem busca se manter informado sobre o mundo jurídico. Desde sua criação, o site cresceu significativamente e se estabeleceu como um dos principais meios de comunicação especializados em Direito no país, mantendo-se independente e fiel à sua proposta de oferecer conteúdo relevante e atualizado sobre o universo jurídico."

In memoriam

A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro foi condenada a pagar uma indenização de R\$ 30 mil à filha de Leila Diniz por usar indevidamente uma foto da atriz em uma campanha publicitária do PL Mulher, do qual é presidente. A imagem, tirada em 1968 durante uma manifestação contra o AI-5, foi usada de forma equivocada. (Clique aqui)

Honorários

Em caso de prescrição intercorrente de execução por ausência de localização de bens penhoráveis, os honorários são de responsabilidade do devedor. Assim decidiu a 4ª turma do STJ, ao aplicar o princípio da causalidade. (Clique aqui)

Fundo partidário

3ª turma do STJ validou acordo no qual partido político renunciou a impenhorabilidade do fundo partidário para pagar dívida de gráfica. (Clique aqui)

Ações penhoradas

Sócio pode postular a transferência de cotas de ações ordinárias nominativas penhoradas de sociedade para si antes de balanço especial. Foi o que decidiu a 3ª turma do STJ ao ressaltar que, nesta hipótese, as partes e os demais sócios devem ser intimados para se manifestarem quanto à intenção da compra e ao montante ofertado. (Clique aqui)

Bens

Em uma execução civil, 3ª turma do STJ decidiu que o juízo pode determinar a busca e a decretação da indisponibilidade de imóveis da parte executada por meio do CNIB - Central Nacional de Indisponibilidade de Bens. A medida, porém, só deve ser adotada quando forem esgotadas as tentativas de levar a execução por meios executivos típicos. (Clique aqui)

Anulação de registro

Viúva do pai registral tem legitimidade ad causam para figurar no polo ativo de ação anulatória de registro civil. Assim decidiu a 3ª turma do STJ, ao observar que a mulher alega a existência de falsidade ideológica em razão de o bisavô supostamente ter registrado o neto como filho. (Clique aqui)

Quem pode o mais...

Ontem, a 5ª turma do STJ começou a debater se a OAB pode participar como terceiro interessado em processo penal contra dois advogados acusados de coação. A PGR argumenta contra, dizendo que o processo penal não permite assistentes de defesa. Contrariamente, a relatora, ministra Daniela Teixeira, defendeu a participação da OAB com base no Estatuto da Advocacia, argumentando que, se a OAB pode ser autora em ações no STF sem requisitos específicos, também deveria poder atuar em casos relevantes para a advocacia em instâncias inferiores. A discussão foi pausada por um pedido de vista do

ministro Joel Paciornik, após o voto da relatora. (Clique aqui)

TAC no CNJ

Para casos em análise no CNJ, o requerimento de TAC só pode ser feito antes de instaurado o PAD. Assim esclareceu o ministro Barroso ao falar da novidade, possível no Conselho desde dezembro do ano passado. Na sessão de ontem, os conselheiros suspenderam três processos para análise de possível assinatura de acordo. (Clique aqui)

Xenofobia

Um dos casos citados acima, suspenso para possível assinatura de TAC, é o do desembargador do Paraná que inferiorizou Norte e Nordeste do país, dizendo que o Paraná tem nível cultural superior. (Clique aqui)

Venda de decisão

Por pedido de vista do conselheiro Marcello Terto, foi suspenso no CNJ, mais uma vez, julgamento de magistrado por venda de decisão e lavagem de dinheiro. Ele é acusado de receber vantagem para conceder HC a paciente integrante de organização criminosa ligada ao tráfico. Já há nove votos pela aplicação de aposentadoria compulsória. (Clique aqui)

DPE - Dicionário de Péssimas Expressões

Na edição de hoje, na busca de dar cabo do "juridiquês", apresentamos mais uma sugestão:

"Lídima Justiça" - O adjetivo "lídimo" denota "autenticidade" e é empregado na linguística para descrever expressões genuínas, isentas de influências estrangeiras. No âmbito jurídico, o termo é utilizado para caracterizar a Justiça de forma íntegra, pura, autêntica e imparcial. "Lídimo" origina-se do latim "legitimus", significando aquilo que está conforme a lei ou que se mantém justo. Embora não seja um termo

usual no cotidiano e possa parecer complexo para alguns, seu uso em contextos específicos, como o jurídico, sublinha a aspiração por uma justiça sem falhas (ah...). No entanto, visando a uma comunicação mais acessível e à compreensão por parte de todos, é recomendável adotar sinônimos mais diretos, tais como "Justiça íntegra" ou "Justiça incontestável". Evite, entretanto, escrever um "Justiça porreta".

Migalhas em ação

Diariamente, este nosso vibrante matutino presenteia um leitor entre os que, de alguma forma, sugeriram expressões para integrar nosso famigerado léxico. O ganhador de hoje é o Renato Bernardi. Não deixe de participar da elaboração do DPE - Dicionário de Péssimas Expressões. Clique aqui e envie sua sugestão.

Perdas e danos

Juíza goiana manda Facebook indenizar em mais de R\$ 50 mil fotógrafa que teve perfil do Instagram desativado. Magistrada converteu obrigação de fazer em perdas e danos após a empresa descumprir ordem judicial para reativar a conta. (Clique aqui)

Stay period

Juiz da grande metrópole de Mirassol, pujante cidade do interior paulista, permitiu que empresa de transporte de cargas em recuperação judicial mantenha a posse dos caminhões alienados fiduciariamente mesmo após término do stay period. Magistrado enfatizou que retirar os caminhões prejudicaria a capacidade da empresa de gerar receita, o que por sua vez colocaria em risco a continuidade e o sucesso do plano de reestruturação. (Clique aqui)

Apoiadores

Clique aqui para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

ColunasPorandubas políticas

Para Gaudêncio Torquato, nestas eleições, o maior adversário de muitos futuros candidatos a prefeito será a rejeição. Entenda. (Clique aqui)

Migalhas Notariais e Registrais

Letícia Maculan trata do regime de bens no caso de conversão da união estável em casamento. (Clique aqui)

Insolvência em foco

Plano de recuperação judicial dos credores: um caminho aberto pela lei à negociação, por Márcio Souza Guimarães. (Clique aqui)

Meio de campo

Na coluna de hoje, o advogado Rodrigo R. Monteiro de Castro apresenta a quarta parte do projeto de resgate e reestruturação da CBF, e nele trata da criação e da distribuição de riquezas decorrentes da mutualização, desmutualização e da abertura de capital da CBF. (Clique aqui)

Migalhas de peso- "Regulamentação para motoristas de aplicativos traz pontos controversos", por Lucas Velho (Silveiro Advogados). (Clique aqui)

- "Análise de riscos na aquisição do imóvel congruente à pretensão de segurança jurídica", por Rodrigo Gomes (Barreto Dolabella - Advogados). (Clique aqui)

- "Incidência de PIS/Cofins sobre selic", por Thiago Garbelotti e Lucas Zapater Bertoni (Braga & Garbelotti - Consultores e Advogados). (Clique aqui)

- "O FGTS do trabalhador doméstico", por Raquel Tomaz Madeira de Oliveira (Cunha Pereira e Masara - Advogados Associados). (Clique aqui)

- "Sua empresa pode ser responsabilizada criminalmente: Entenda as implicações legais", por Andressa Porciuncula (Mascarenhas Barbosa Advogados). (Clique aqui)

- "Flexibilidade na política de imigração dos EUA impacta finanças de Chicago e Nova York", por Daniel Toledo (Toledo Advogados Associados). (Clique aqui)

- "O lado sombrio da Maria da Penha", por Manoel Neto (Machado & Magalhães Advogados Associados). (Clique aqui)

- "Gestão do desempenho: seu escritório sabe fazer isso? Parte 4", por Sebastião de Oliveira Campos Filho (Oliveira Campos Consultoria). (Clique aqui)

Apoiadores

Clique aqui para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Novos sócios

FAS Advogados, in cooperation with CMS anuncia a chegada dos sócios Roberto Scacchetti e Sergio Ferraz e Opice. Eles serão responsáveis por fortalecer a área de resolução de conflitos e implementar a prática de gerenciamento de crises, marcando a atuação estratégica do escritório nesses segmentos. (Clique aqui)

Reforço

O advogado Rodrigo Rocha é o novo sócio do escritório Eduardo Ferrão - Advogados Associados. (Clique aqui)

Ascensão

Leite, Tosto e Barros - Advogados Associados anuncia a ascensão de quatro novos sócios: Alexandre Paranhos (Arbitragens e Contencioso), Carlos D'Avila

(Bancário e Financeiro), Renata Araújo (Relações Trabalhistas) e Thais Oliveira Martins (Relações de Consumo). (Clique aqui)

Baú migalheiro

Há 88 anos, em 13 de março de 1936, nasceu José Mojica Marins. Foi cineasta, ator, apresentador e roteirista de cinema e televisão brasileiro. É considerado o "pai" do terror nacional. Seu icônico personagem Zé do Caixão, interpretado pelo próprio Mojica, está presente em diversos de seus filmes e é responsável por tê-lo tornado mundialmente conhecido. (Compartilhe)

Sorteio da obra

A obra "Direito Digital: Novas Fronteiras e Desafios em um Mundo em Transformação", organizada por Solano de Camargo e Paulo Vinícius de Soares Carvalho, sócios da banca Lee, Brock, Camargo Advogados (LBCA), traz temáticas que giram em torno do uso e regulação da IA, LGPD, ataques cibernéticos e Direito Internacional. Cinco migalheiros serão contemplados com a obra! Participe do sorteio. (Clique aqui)

Novidades

Será lançada, dia 15/3, a obra coletiva "Direito, Economia e Filosofia: uma homenagem ao jurista Ives Gandra da Silva Martins". O livro é coordenado pelo advogado Kaiser Motta Júnior, pelo desembargador federal do TRF-2 Willian Douglas e pelo defensor público José Roberto Mello Porto e tem a participação de 50 autores. A tarde de autógrafos contará com a presença do homenageado e acontece das 14 às 16h, no Sesc Vila Mariana, em SP. (Clique aqui)

Rodrigo Gonzalez (Espallargas, Gonzalez & Sampaio - Advogados) publicou ontem artigo na "exame.com" sobre a revitalização do Centro da capital paulista. (Clique aqui)

Barcellos Tucunduva Advogados divulgou edição do "BTNews" sobre "Publicidade - Vale tudo para divulgar o meu produto ou serviço?". (Clique aqui)

Warde Advogados divulgou "Alerta de Compliance" sobre "CGU lança plataforma eletrônica para adesão ao Pacto Brasil pela Integridade". (Clique aqui)

Migalhíssimas

Hoje, Ana Tereza Basilio (de Basilio Advogados e vice-presidente da OAB/RJ) participa do "Treinamento Permanente em Direito Previdenciário" com o tema "Pensão por morte" (clique aqui). Amanhã, às 11h, participa do "Treinamento Permanente em Juizados Especiais" com o tema "A abrangência do FONAJE (Fórum Nacional de Juizados Especiais) e de seus enunciados para os juizados especiais cíveis". (Clique aqui)

Amanhã, às 9h, Machado Meyer Advogados promove "Café da Manhã" com o tema "Lei e Gênero: reflexões e avanços na tributação". Com a presença de Lana Borges, procuradora-geral adjunta de Representação Judicial, coidealizadora e cofundadora do Movimento Tributos a Elas, o evento terá a participação de Daniella Zagari e Laura Souza. (Clique aqui)

Cybelle Guedes Campos, do escritório Moraes Jr. Advogados, participa como palestrante do "II Ciclo de Debates sobre Insolvência Empresarial". Organizado pela Fundação Arcadas com apoio da Escola Paulista da Magistratura - EPM, o evento será presencial amanhã, das 9 às 18h, no Salão Nobre da Faculdade de Direito da USP. (Clique aqui)

Do escritório AJS - Cortez & Advogados Associados, Rita Cortez participa da "IV Conferência Nacional da Mulher Advogada", amanhã e sexta-feira, em Curitiba, a partir das 9h. O evento, organizado pelo Conselho Federal da OAB e pela OAB/PR, acontece no Viasoft Experience (rua Pro-

fessor Pedro Viriato Parigot de Souza, 5.300, Cidade Industrial).

Entre amanhã e domingo, acontece, em Gramado/RS, o "XIX Encontro Regional ABAPISUL". O presidente da **ABAPI** - Associação Brasileira dos Agentes da Propriedade Industrial, Gabriel Di Blasi, junto com seu sócio Paulo Parente, do escritório Di Blasi, Parente & Associados, estarão presentes no evento. A programação contará com a participação de Gabriel Di Blasi no painel 6, sobre a "Alteração do quadro reivindicatório no processo administrativo de um pedido de patentes: desafios e oportunidades", dia 16/3, às 9h45. (Clique aqui)

Gabriela Braz Aidar, do escritório Duarte Garcia, Serra Netto e Terra - Sociedade de Advogados, participa do "Encontro da câmara temática de Cidades Inteligentes do Infra Women Brazil", para falar sobre "Instrumentos Urbanísticos de Financiamento da Cidade". Dia 15/3, às 8h10. (Clique aqui)

Dia 15/3, Claudia Lopes e Regina Montagnini, respectivamente, sócia e coordenadora da área de Família, Sucessões e Cível do escritório De Vivo, Castro, Cunha e Whitaker Advogados, apresentam aos associados da Swisscam os diferentes instrumentos jurídicos utilizados em planejamentos patrimoniais e sucessórios, para garantir a perpetuação do patrimônio familiar e propiciar eficiência tributária, bem como discutirão os impactos da reforma tributária nos planejamentos e a importância de re-visitarem os planejamentos já realizados. O evento "Planejamento Patrimonial e Sucessório - Por que pensar no assunto agora?" é gratuito e as vagas são limitadas. Inscrições até as 18h de amanhã, clique aqui.

João Bosco Won Held Gonçalves de Freitas Filho (João Bosco Filho Advogados) ministra dia 15/3, a partir das 13h, a palestra "Tutela Coletiva do Consumidor" em evento promovido pelo PROCON de Mesquita/RJ, em comemoração ao Dia do Consumidor. (Clique aqui)

Pedro Marcos Nunes Barbosa, do escritório Denis Borges Barbosa Advogados e professor do Instituto de Direito da PUC-Rio, palestrará sobre "Cumulação da proteção de padrões e formas no Direito brasileiro", no "XXIII Congresso Internacional da **Propriedade** Intelectual - Tecnologia e **Propriedade** Intelectual Rumo a um Futuro sustentável", organizado pela **ASPI** - Associação Paulista da **Propriedade** Intelectual. O Congresso acontece de 18 a 20/3, em SP. (Clique aqui)

Osmar Paixão, da banca Paixão Côrtes e Advogados Associados, participará, em 19/3, do "V Congresso de Arbitragem na Administração Pública", na Fiesp, em SP, tratando do tema "Como e porque a administração pública opta pela arbitragem".

Dia 27/3, às 11h, acontece o webinar em "Celebração ao Dia do Ouvidor e Dia Internacional do Consumidor", promovido pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg). (Clique aqui)

Riccardo Giuliano Figueira Torre (Wald, Antunes, Vita e Blattner Advogados) defendeu doutorado na USP sobre "As especificidades das arbitragens domésticas e internacionais com pessoas jurídicas de Direito Público brasileiras". A banca foi composta por Carlos Alberto Carmona (orientador), Selma Maria Ferreira Lemes, Vera Cristina Caspari Monteiro, Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto, Carlos Ari Vieira Sundfeld e Marcelo José Magalhães Bonizzi.

Dia 8/3, em celebração ao "Dia Internacional da Mulher", a banca Jacó Coelho Advogados recebeu a ministra do TST, Delaíde Arantes, para uma palestra exclusiva para mulheres sobre o protagonismo e a representação feminina na sociedade contemporânea. (Clique aqui)

Mascarenhas Barbosa Advogados realizou, dia 6/3, treinamento para os colaboradores sobre "Emoção e Excelência - Transformando Desafios em Oportunidades", ministrado por Ticiano Leão. (Clique aqui)

aqui)

Em campo

Nos dias 8 e 9/8, das 8 às 18h, CBMA - Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem promove o "VII Congresso Internacional CBMA de Arbitragem" com objetivo de fomentar o debate no campo da Arbitragem. (Clique aqui)

Reforma tributária

AATSP - Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo realiza no dia 19/3, das 19 às 21h, a palestra presencial "Impactos da Reforma Tributária". Participe! (Clique aqui)

Intimações

Thomson Reuters Brasil promove no dia 19/3, das 10 às 11h, o webinar "Intimações Eletrônicas: Descubra como gerenciá-las de forma eficiente". (Clique aqui)

Recrutamento

Radar - Gestão para Advogados atua no recrutamento de todos os tipos de colaboradores para seu escritório ou departamento jurídico. Com um processo de seleção criterioso, recrutam colaboradores adequados para a função, de acordo com a cultura organizacional de cada empresa. Com uma taxa de 95% de assertividade e quatro meses de garantia de reposição independentemente do motivo do desligamento! Entre em contato por telefone. (Clique aqui)

Epa! Vimos que você copiou o texto. Sem problemas, desde que cite o link: <https://www.migalhas.com.br/amanhecidas/403349/migalhas-n-5-807>

STF determina que Bayer pague R\$ 1,3 bilhão à Aprosoja por cobrar patente vencida

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta terça-feira (12.03) rejeitar um recurso contra a decisão do Tribunal de Justiça do Mato Grosso (TJ-MT), que em 2021 favoreceu a Associação dos Produtores de Soja e Milho do Mato Grosso (Aprosoja-MT). Esta decisão obriga a multinacional Bayer a fazer um depósito judicial de R\$ 1,3 bilhão, relacionado à cobrança de royalties efetuada pela Monsanto sobre a tecnologia Intacta RR2 PRO. Esta variedade de soja, criada especificamente para o mercado brasileiro, apresenta resistência a lagartas e tolerância ao glifosato, um herbicida amplamente utilizado no país. O voto do Ministro Relator Nunes Marques obteve apoio dos ministros André Mendonça, Edson Fachin e Dias Toffoli, com apenas o Ministro Gilmar Mendes apresentando divergência. Mendes argumentou que decisões prévias, como a cobrança de royalties pela patente da Monsanto, não deveriam ser anuladas pelo julgamento de 2021. De acordo com a assessoria jurídica da Aprosoja, esta determinação tem o potencial de beneficiar também os produtores de soja dos estados da Bahia, Goiás, Piauí, Rondônia e Tocantins.

DECISÃO HISTÓRICA - Para o presidente do Instituto do Agronegócio (IA), Isan Rezende, a decisão é histórica. "Essa decisão do Supremo Tribunal Federal é um reflexo da complexidade e da importância de equilibrar **inovação** tecnológica e justiça econômica no setor".

"Este julgamento não apenas afeta a relação entre grandes corporações e produtores agrícolas, mas tam-

bém sinaliza um precedente importante que pode influenciar as operações agrícolas em diversos estados brasileiros. Estamos diante de uma oportunidade para reavaliar como as patentes e royalties impactam o agronegócio e, mais importante, como podemos avançar em direção a um modelo mais justo e sustentável para todos os envolvidos", ressaltou Rezende.

A tecnologia Intacta RR2 PRO, desenvolvida pela Monsanto, empresa adquirida pela Bayer, permite que a soja seja resistente ao herbicida glifosato. A patente da tecnologia foi concedida em 1998 e expirou em 2018, mas a Bayer continuou a cobrar royalties dos produtores que a utilizavam.

Em 2021, a Aprosoja-MT (Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso) entrou com uma ação no STF alegando a inconstitucionalidade da cobrança de royalties após a expiração da patente. A ação foi julgada procedente pelo ministro Nunes Marques, que determinou a devolução dos valores cobrados a partir de 2018.

"A decisão do STF é um importante passo para garantir o acesso à tecnologia pelos produtores rurais e para evitar abusos por parte das empresas detentoras de patentes. A devolução dos valores cobrados pela Bayer representa um alento para os produtores que foram lesados pela empresa e contribui para a justiça no campo", completou o presidente do IA.

Fonte: Pensar Agro

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais
3, 7

Pirataria
5

Propriedade Intelectual
9, 11

Entidades
11

Inovação
18